

---

*Inquéritos disciplinares e fés-de-ofício: fontes documentais para a análise do comportamento estudantil da mocidade militar no final do império (Escola Militar/RS)*

*Paulo Roberto Staudt Moreira\**

---

**Resumo:** O presente artigo, através de fontes documentais pesquisadas no Arquivo Histórico do Exército (RJ/Brasil), pretende acompanhar o cotidiano de estudantes da Escola Militar de Porto Alegre, no século XIX, como contribuição para o estudo da formação da *classe militar*.

**Palavras-chave:** Escola Militar, Abolicionismo, militares.

**Abstract:** The present paper, though of the document font pesquisate on the Archives History of Army (RJ, Brazil) to pretend accompany the quotidian of the students of Military School of Porto Alegre, on the century XIX, how contribution for study of formation the military class.

**Key words:**

---

Depois de quase dez anos de amortecimento da campanha abolicionista, provocado entre outros fatores pela impressão geral de que a Lei de 1871 tinha sido suficiente para dar andamento ao fim da escravidão, temos a retomada da propaganda no início da década de 80 do século XIX. Na capital da Província do Rio Grande do Sul, esse reinício foi marcado pela criação de uma associação que teve presença constante na imprensa local até 1888 – composta por alunos e professores da Escola Militar de Porto Alegre – a Sociedade Emancipadora Rio Branco.

Os estatutos de agremiações desse tipo deveriam ser inscritos em órgãos públicos e aprovados pelas autoridades imperiais; entretanto, não encontramos tais registros. Assim, fomos obrigados a considerar algumas informações indiretas, como por exemplo, a data de fundação da Sociedade Rio Branco. Considerando que foi eleita uma *nova* diretoria em 1881 e

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; historiógrafo do Arquivo Histórico do RS e professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); e-mail: staudt@bage.unisinos.br

supondo que o mandato fosse anual, podemos deduzir a criação da sociedade em abril de 1880, antes portanto de suas congêneres nacionais.<sup>1</sup>

Em nosso esforço para entender as motivações que levaram os integrantes da Sociedade Emancipadora Rio Branco à campanha pela alforria de escravos, procuramos encontrar dados que os expusessem individualmente aos nossos olhos. Foi com surpresa que constatamos a falta de registros de ex-alunos – e outros documentos administrativos – na Escola Militar de Porto Alegre, cuja documentação – supostamente – fora enviada para o Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro em 1912.

Foi então, pesquisando no Arquivo Histórico do Exército, localizado no Palácio Duque de Caxias no Rio de Janeiro, que entramos em contato com alguns fundos documentais que trazem informações sobre o cotidiano de estudantes no século XIX. Guardados enquanto espécie de memória institucional, os acervos pesquisados nos aproximam do processo de gestação de uma *classe militar*, num jogo de identidade e alteridade (“fabricação do outro”).<sup>2</sup> Sérgio Buarque de Holanda chamou a atenção para a importância da demarcação dos inimigos, para que a “classe militar” pudesse se afirmar como una e homogênea. Opondo-se aos *casacas* ou *legistas* os militares apagavam – mesmo que apenas no discurso – as diferenças internas da corporação possibilitando sua participação efetiva no palco político e social (HOLANDA, 1983, p. 308).

Entre os documentos que salientamos como importantes fontes de informação sobre o comportamento dos militares, chamamos a atenção para os processos montados pelos Conselhos Disciplinares. Esses inquéritos funcionavam de acordo com as regras prescritas pelo Regulamento da Escola Militar. (Decreto 9.251, de 26 de julho de 1884) e serviam para “manter a polícia geral, a ordem interna e a moralidade do estabelecimento”, investigando as denúncias (“tomando conhecimento”) das faltas cometidas pelos alunos, sendo formado por nove militares sob a presidência do Comandante da Escola.

Geralmente, quando visualizamos a utilização de fontes documentais produzidas por órgãos subordinados ao Exército (ou às Forças Armadas em geral), os historiadores envolvidos nesse tipo de pesquisa desenvolvem trabalhos na ótica da História política. Neste artigo, em termos teórico-metodológicos, localizamo-nos em uma área situada na fronteira entre a História social e a cultural, mesmo sabendo das indefinições de seu campo. (BURKE, 1999, p. 15).

Esses documentos trazem-nos informações preciosas sobre a cultura dos alunos das Escolas Militares. Como qualquer fonte primária, também

esses documentos ligados à passagem de milhares de indivíduos pelos quartéis e pelas salas de aula, são – nos dizeres do historiador Carlo Ginzburg – “minas de dados involuntários”. Ou seja, eles nos informam muito mais do que o objetivo inicial de sua produção calculava acumular. (GINZBURG, 1991, p. 182). Acompanhemos então os vestígios que essa documentação aponta, sobre o dia-a-dia desses estudantes e o convívio que entretinham com grupos com os quais exercitavam sua identidade.

### A Escola Militar

Para melhor entendermos o grupo por nós denominado de “mocidade militar”, precisamos traçar um breve histórico da instituição na qual estudavam ou lecionavam. A criação da Escola Militar do Rio Grande do Sul remonta a 1851, sendo seu regulamento aprovado no ano seguinte (Decreto 953, de 5/4/1852) e a sua instalação ocorrida em 2/4/1853 com a denominação de Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de São Pedro do RS, o qual destinava-se “à formação de oficiais nos 1<sup>os</sup> postos”, com duração de dois anos. Ela era então administrada por um Diretor, um Secretário e pela *congregação* a quem cabia a direção *científica*. Em 1858 a instituição sofre alterações e passa a chamar-se Escola Militar Preparatória da Província de São Pedro do RS, sendo apenas a preparação para o ingresso nas escolas militares da Corte. (MEDEIROS, 1992, p.15-17).

Durante a Guerra do Paraguai, as atividades de ensino foram interrompidas com a marcha de alunos e professores para o palco da guerra. Somente em 24/5/1874, as aulas foram restabelecidas, voltando a denominação de Curso de Cavalaria e Infantaria. No mesmo ano, foi aprovado um novo regulamento que determinava que o curso tinha por fim “habilitar os Oficiais e praças de pret de Cavalaria e Infantaria com os necessários conhecimentos teóricos e práticos de suas respectivas armas”. (Decretos 5.550 de 14/2/1874 e 5.578 de 21/3/1874). As aulas eram divididas em Ensino Teórico e Instrução Prática, em um programa bienal. Os candidatos à matrícula deveriam requerê-la previamente, satisfazendo as seguintes condições (artigo 15): “1<sup>o</sup> – Ser cidadão brasileiro, e ter idade maior de 16 e menor de 27 anos. 2<sup>o</sup> – Ter licença do Ministério da Guerra ou do Presidente da Província, de acordo com o que dispõe o artigo 21. 3<sup>o</sup> – Ter habilitação em português, francês, geografia e aritmética.”

Em 1877, esse estabelecimento tornou-se a Escola de Infantaria e Cavalaria, com o acréscimo de um ano de Curso Preparatório. Entre os alunos que conseguissem aprovação plena em todas as disciplinas, o Conselho

Escolar escolheria os que deveriam prosseguir seus estudos no Curso de Artilharia da Escola Militar da Corte. (Decreto 6.783, de 29/12/1877). Em virtude do Decreto Imperial 8.205, de 30/7/1881, foi criado provisoriamente um 3º ano, ficando a província com um curso completo das três armas – infantaria, cavalaria e artilharia –, “como convinha, pois, estando concentrado naquela província a maior parte de nosso Exército, era necessário ali mais largo desenvolvimento à instrução militar”. (Relatório do Ministro da Guerra, folha 99). Efetivado somente em 1883, o 3º ano veio atender a uma “grande necessidade” e satisfazer a “aspiração dos jovens militares” que desejavam em “sua própria província receber a maior soma de instrução” (Relatório do Presidente da Província José Leandro de Godoy e Vasconcellos, de 9/9/1882). Os alunos que cursassem o 1º e o 2º anos, teriam completado o curso de Cavalaria e Infantaria, e após o 3º, terminando o Curso de Artilharia, poderiam continuar na Corte o curso de Estado-maior (4º ano) e Engenharia (5º ano). Em 26/7/1884, pelo Decreto 9.251 foi aprovado o Regulamento para a Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul.

Devido ao grande número de candidatos que procuravam o ensino superior militar, o governo imperial, através do Aviso de 24/3/1879, determinou regras de preferência na escolha dos pretendentes aos cursos. A concorrência entre militares e paisanos, entretanto, era desleal, o que forçou o governo a dividir as vagas.

Acontecia que a escolha recaía sempre em paisanos, por isso que aos militares não é possível adquirir com facilidade aqueles preparatórios: a falta de meios e o serviço os inibia de freqüentar aulas do ensino secundário. Dai resultou que praças do nosso Exército, tendo obtido licença para a matrícula, vinham das províncias, até das mais longínquas, habilitavam-se nos exames de admissão, mas não podiam concorrer com os paisanos, por não terem exames de preparatórios, e mais de uma vez voltavam sem conseguir o seu intento. (MEDEIROS, 1993, p. 20).

A concorrência entre os interessados em ingressar na Escola era extrema. Em correspondência de 15/2/1883 ao Presidente da Província, o Comandante da Escola Militar informava que estavam em Porto Alegre 32 oficiais e 172 praças de pret e 61 paisanos candidatos à matrícula, existindo apenas uma vaga para oficial e 16 para o restante. O Comandante Simeão de Oliveira, em seu relatório de 1882, pediu mais vagas na Escola, possível enquanto não funcionava o internato. O discurso dessa autoridade refletia a visão dos militares da época, com a diminuição do Exército frente à Guarda Nacional e a necessidade de reforçar os aparelhos coercitivos do estado nesse período de fim do escravismo. Sua argumentação mostra a necessidade de atrair para o oficialato elementos

não mais selecionados apenas pelo seu capital social – origem familiar, etc. –, mas pela capacidade e *inteligência*, visando acelerar (ou talvez implantar) o processo de profissionalização das forças armadas.

O Governo adiantará, assim, muitos anos na instrução de sua força armada, podendo ao mesmo tempo crescer-lhe as fileiras com um pessoal recrutado nas camadas mais inteligentes da sociedade. Repito que é esse o meio de elevar o nível moral do Exército, pois que o pessoal com que contava a lei de alistamento, votada em 1874, e até hoje posta em execução de uma forma incompleta, não tem correspondido à expectativa do mais indiferente em assuntos militares.

E é tempo de encarar com atenção para estes negócios. Se a lavoura, o comércio, as indústrias necessitam de braços, não requerem menos ordem e segurança. E uma e outra só podem ser garantidas pela força armada. E embora certa poesia política tenha conseguido fazer estribilho contra as despesas improdutivas que faz o erário público com o exército e com a marinha, não é menos certo que a verdade da história não tem feito até hoje diminuir de sua importância e de seu valor nem a França, que não esquece a organização de seu exército, nem a Prússia, que o constituiu com as forças mais poderosas de sua nacionalidade, nem a Inglaterra, que não quer ser excedida em seu império dos mares. (AHRS – AM/EM, maço 2, caixa 205).

Ainda hoje chama a atenção o imponente Casarão da Várzea, sede da ainda existente Escola Militar, em Porto Alegre. Entretanto, durante um bom tempo tiveram professores e alunos de mudar de endereço. Talvez pelos acontecimentos militares do início da década de 1850, mas também pelas delongas sempre verificadas na administração pública do período, as aulas inicialmente foram dadas em prédio alugado pelo governo provincial, de propriedade dos herdeiros do Mal. João de Deus Mena Barreto (falecido em 27/8/1849) e posteriormente em uma casa particular alugada por triênios “no lugar denominado Cristal”, onde também eram realizados treinos e manobras. (AHRS – AM / EM, maço 4, caixa, 206).

Em 1859, as aulas funcionavam em Rio Pardo, cumprindo ordens do governo imperial. Voltando a Escola para Porto Alegre, sua itinerância persistiu com as aulas ocorrendo na casa dos herdeiros do cirurgião Dr. Antônio José de Moraes no campo do Bom Fim ou Várzea – na proximidade do Caminho do Meio – e, no final de 1878 ou início de 1879, mudaram-se para o palacete da Baronesa do Gravataí. O cronista Aquiles Porto Alegre conta que esse palacete estava edificado em um local (areal da Baroneza) vulgarmente conhecido pelo povo como “Estado-Oriental, por causa das desordens que ahi se davam constantemente”. (PORTO ALEGRE, 1940, p. 41).

Reconhecendo a necessidade de um quartel que acomodasse os soldados aquartelados precariamente em prédio construído para a enfermaria militar na Praça da Independência, a Presidência da Província lançou a pedra fundamental desse edifício em 29/4/1872, no Campo do Bom Fim. Com as obras paralisadas desde 1878, o Visconde de Pelotas, quando Ministro da Guerra, autorizou a alteração dos planos do quartel no campo do Bom Fim adaptando-o para Escola Militar com internato, sendo inaugurado em 3/3/1887.

### **Manifestando as diferenças**

Os diversos locais apontados como sedes provisórias dessa escola sempre indicam distância do centro da cidade, dando a entender que as autoridades não estavam interessadas em deixar transitar pelo espaço urbano os turbulentos estudantes, protagonistas de não raros conflitos e desordens. O Cristal, por exemplo, era uma área eminentemente rural e praticamente desligada do meio urbano até o final do século XIX, quando foi ali instalada uma hospedaria de imigrantes. Já a Várzea – também conhecida como Campo do Bom Fim e, a partir de 1884, de Campo da Redenção –, local de estabelecimento definitivo da Escola Militar, configurava-se como parte periférica da cidade, sendo ali praticadas manifestações religiosas extramuros dos escravos, inclusive em frente à Capela do Bom Fim.

Esse instituto de ensino militar deve ser considerado como um relevante objeto de estudo, pois a concentração de pessoas ali existente transformou-o em local de sociabilidade em uma sociedade de pequenas concentrações urbanas. Ali encontramos pessoas de várias localidades – seja do interior ou de outras províncias –, dividindo a mesma experiência de vida na caserna, trocando idéias e dividindo impressões. Longe de suas famílias, os jovens militares criaram laços de amizade com seus companheiros de caserna, sendo seu sentimento de grupo não raras vezes exercitado contra outros grupos urbanos, como os policiais.<sup>3</sup> Nas noites dos dias 19 e 20/12/1878, segundo informou o Comandante Severiano da Fonseca ao Presidente da Província Marcondes de Andrada, atritos ocorreram entre forças do Corpo Policial e alunos do Curso de Cavalaria e Infantaria, ficando feridos estudantes e sendo desrespeitados oficiais.

Outros fatos de igual ordem e dos quais ainda não estou bem inteirado, cometeu a força policial nessas deploráveis noites. Estas tristes verdades auguram males irremediáveis se não houver um enérgico meio de repressão capaz de coibir ao soldado de polícia o emprego da espada de prancha e do insulto contra todos e por tudo. (AHRS – AM/EM, Curso de Cavalaria e Infantaria, 1877/1878, lata 206, maço 2).

Já para a autoridade policial a responsabilidade cabia a Cadetes e Praças do Exército que naquelas noites andavam atacando as patrulhas da polícia – como por exemplo a da rua Vigário José Inácio –, em represália à prisão de um oficial aluno da Escola Militar. Em um texto que denota bastante irritação, o Chefe de Polícia alertava a presidência: “não convindo que se reproduzam tais escândalos por parte da força de 1ª linha, que devia ser a primeira em auxiliar a ação da polícia, rogo a V. Exa. se digne tomar enérgicas medidas para que semelhantes conflitos se não reproduzam”. (AHRS – CP nº. 87). O Relatório do Presidente da Província Jerônimo Coelho, de 28/4/1856, já informava “atos de insubordinação de alguns cadetes alunos”.

Com o papel de destaque desempenhado pelo Exército na Guerra do Paraguai, os militares cada vez mais exigiam respeito por sua *classe*. Podemos perceber nessa luta microscópica entre militares e policiais uma manifestação de cidadania de elementos que se sentiram responsáveis pela vitória nacional contra o inimigo externo. Soldados e oficiais do Exército – alunos ou não da Escola Militar – recusavam ser reprimidos pela força policial, instrumento normalmente responsável pelo controle dos desclassificados e de outros setores sociais subalternos.

Em 14/8/1888 no Palácio Episcopal em Porto Alegre, quando pessoas “bem intencionadas e de educação” rendiam “homenagem ao cadáver de nosso malogrado” Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, o aluno da Escola Militar Júlio Henrique Knorr (desta Província, 21 anos, solteiro) foi preso por ter no Seminário Episcopal “procurado hipnotizar meninos para o fim de praticar atos libidinosos”. (AHEx/RJ – Processos e Inquéritos de Disciplina). Apesar de ter solicitado que não o prendessem por “lhe faltar apenas quatro pontos para perder o ano”, foi recolhido à prisão sendo a patrulha de polícia quase agredida por seus colegas que foram “tomar satisfações” pela detenção.

O Conselho Disciplinar considerou sua falta pequena (“haver hipnotizado um menino em lugar impróprio”), mas salientou de forma corporativa que o aluno, por estar com o uniforme da Escola, não deveria ser preso por policiais. Os membros do Conselho não pareceram levar em consideração a questão da hipnose, considerando-a talvez como uma prática habitual. Também não consta no processo qualquer referência ao aspecto libidinoso do acontecimento – sedução de um menor –, o que pode nos levar a indagar se a iniciação sexual através do homossexualismo ativo não era encarado normalmente pelo ethos militar do período.<sup>4</sup>

No processo de elaboração do seu ethos, os militares que passavam pelas Escolas Militares – ou que nelas lecionavam – travavam uma luta de

diferenciação e auto-afirmação com vários grupos. Eles diferenciavam-se em parte dos militares de carreira (os “tarimbeiros”), destacando que possuíam um caráter *científico* dado pelo ensino superior, mas também procuravam demarcar afastamento dos acadêmicos *paisanos*, os quais não possuíam a tradição e disciplina dada pela caserna, nem haviam demonstrado seu apreço à pátria na luta contra inimigos externos. Tarimba era o estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis, sendo considerados “*tarimbeiros*” os oficiais de carreira, geralmente sem estudos superiores. Se entre paisanos e militares existiam atritos, também verificamos diferenciações internas entre os próprios estudantes das Escolas Militares. Os que já haviam terminado os três primeiros anos – e que auto-intitulavam-se “*científicos*” –, ironizavam os companheiros chamando o período inicial de “*curso de alfafa*”. (CASTRO, 1995, p. 50).

O Capitão-de-estado-maior Francisco Clementino de Santiago Dantas, professor da Escola Militar e deputado provincial, em diálogo mantido em 1879 com o também deputado e professor da Escola, Augusto Guanabara Ferreira da Silva na Assembléia Provincial em 1879, em resposta a um aparte diz: “[...] que o meu nobre colega [...] como deseja V. Excia. ser tratado: por doutor ou por capitão ? Pensa como eu, pois as patentes que possuímos têm mais alguma significação que os títulos passados pela academia”. (MEDEIROS, 1992, p. 20).

Não foram raros os casos de militares – que atuavam ou que haviam passado pela Escola Militar de Porto Alegre –, que assumiram cargos eletivos na Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul. Certamente não estamos afirmando que esses elementos representassem corporativamente os militares acima dos partidos, afinal certamente a sua presença na Assembléia Provincial dependia mais de seus contatos políticos institucionais do que da sua inserção nas forças armadas. Mas podemos pensar que em uma província fronteiriça cuja história se confunde com as lutas com países estrangeiros, tendo como uma de suas características principais a forte militarização da sociedade, a farda de oficial do Exército não desmerecia seu portador. Ao contrário – principalmente nos primeiros anos após o término da Guerra do Paraguai –, trajar uma farda do exército exercia um considerável poder de atração, que gerou um comércio clandestino de peças do fardamento desviados dos quartéis, cujo comércio ilícito era centralizado pelos taberneiros e bodegueiros. Pelo capital simbólico que comportava o uniforme só poderia ser usado no teatro das ruas por quem o merecesse, evitando assim a sua vulgarização. No último dia de 1871, o Delegado de Polícia de Pelotas informava que acataria o ofício do Comandante do 6º Batalhão de Infantaria



e prenderia todos os que usassem uniformes do Exército, “muito principalmente os pretos cativos, menoscabando a classe militar”.<sup>5</sup>

Incômodos nas ruas, os integrantes da Escola Militar manifestavam-se com igual turbulência nas sessões da Assembléia Legislativa Provincial, onde afirmavam com sua presença seu direito à cidadania política. Às 10h30min do dia 20/3/1883, o Capitão do 13º Batalhão de Infantaria João Cesar Sampaio (do RJ, com 33 anos, casado) agrediu ao Alferes do mesmo corpo José Geminiano Ferreira Vila, que estava comandando uma força que se postara na frente da Assembléia Legislativa. O Alferes garantia a segurança do órgão legislativo e, cumprindo ordens do presidente da assembléia, exigia cartão ou senha. Ao ser interpelado, o agressor retrucou que “ali não era Circo de Cavalinhos ou teatro”. Como a luta resultou em ferimentos físicos – e também por envolver dois militares –, no dia imediato foi organizado um Conselho de Disciplina. Em sua defesa, por escrito, o Capitão Sampaio queixou-se de perseguição política, pois pela primeira vez em 17 anos de serviço militar era levado ao tribunal e não por desrespeito “mas unicamente porque, conferindo-me esta direitos políticos, tenho sabido usar deles com independência e dignidade, não me intimidando a prepotência e perseguição de que tenho sido vítima”. Segundo ele foi arbitrária a ordem dada pela mesa da assembléia querendo impedir o acesso de “grande número de adversários políticos” que queriam assistir às sessões, sendo o acesso à assembléia garantido a qualquer cidadão, como constava dos cartazes afixados na porta. (AHEx – EM/PID, 1883).

De fato, ao passo que entravam membros da Assembléia acompanhados de indivíduos da ínfima esfera social, de má catadura e visivelmente armados, dizendo o Sr. 2º. Secretário ao Oficial Comandante da força, que pretendeu desarmá-los, que os deixasse passar, visto que, a revistar-se esses, devia fazer-se outro tanto a todos os indivíduos que ali penetrassem !... privava-se a entrada a cidadãos qualificados e a Oficiais do Exército, somente por não pertencerem ao credo político dos membros da Mesa.

A referência à assembléia de não ser um Circo de Cavalinhos pressupõe uma distinção entre *povo* e *cidadãos qualificados*. Várias vezes encontramos críticas em jornais de Porto Alegre contra o comportamento dos populares nos teatros “sérios”: “Por incúria dos que nos governam, Porto Alegre é apenas uma cidade de Circos de Cavalinhos! Pessoas sem compostura não devem freqüentar teatros e sim circos de cavalinhos, onde assobios, vaías e gritos fazem parte da festa!” (FERREIRA, 1956, p. 243, 276).

Matriculado na escola desde 1881, Sampaio teve o apoio tácito dos oficiais membros do Conselho que foram de parecer que a culpa do Capitão foi somente a de não cumprir a ordem do Alferes – seu “companheiro de armas” –, na qualidade de Comandante da Guarda da Assembléia (“se bem que intimado fora de tempo”). O Alferes agredido deveria ser censurado pelo modo como agiu, agarrando o Capitão para fazê-lo retroceder, e o Conselho deixou de ouvir outras testemunhas, “por julgar um incidente que em nada influiu para formar seu juízo”.

No dia 20/3/1883, data da confusão na porta da Assembléia Provincial, ocorria a instalação daquele corpo legislativo, de maioria liberal. Já dias antes os deputados estavam ocupados em sessões movimentadas, destinadas à verificação de poderes dos eleitos que realmente tomariam posse. Tratava-se, desde 17/3, da cassação do Diploma de Fernando Osório, eleito pelo 4º distrito eleitoral da província, e os comentários constantes nas Atas sobre os “sussurros, rumores, risos, tumultos e sinais de reprovação nas galerias” deixa claro que a atmosfera era tensa. Fernando Osório já era membro proeminente da elite política regional, tendo sido deputado provincial em 1875/76, 1879/80 e membro da Assembléia Geral em 1881, além de ser filho do Marquês do Erval, Manuel Luís Osório (MARTINS, 1978, p. 413). O conservador Osório, em seu discurso de 17 de março, atacou a maioria liberal ironizando o grande líder Silveira Martins, ao qual – segundo os seus correligionários – a Província devia “as estradas de ferro, a Escola Militar, a tarifa especial”, ao que o deputado Dr. Antônio Caetano Navarro complementou irônico: “Assim como a luz, a chuva, etc. (risadas)”. (ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA).

Segundo Osório:

Porventura é bem entendido tirar-se glórias alheias para proveito de um indivíduo? Não; respeitemos o que aos outros pertencem. Escola Militar, nós a obtivemos, mas foi em situação conservadora. Sendo eleito nessa situação deputado geral o Sr. Gaspar Martins, este que a meu pai chamava outrora seu chefe, ao despedir-se dele, em viagem para a Corte, pediu-lhe suas ordens. Meu pai lhe disse: veja se consegue para a nossa terra uma academia, se não de direito, de medicina, de engenharia, ao menos uma escola militar. Conseguimos esta. A glória da conquista não é só do Dr. Gaspar.

Interessante notar a hierarquia deste trecho: primeiro em importância o direito, depois a medicina, após a engenharia e só em último a escola militar, mesmo assim como algo que poderia trazer glórias à Província. O próprio Osório estava no topo dessa hierarquia acadêmica, tendo se formado na Faculdade de Direito de Recife em 1873. O historiador Vítor Izecksohn

destacou a importância dos engenheiros dentro do *núcleo profissional* do Exército, em função do papel relevante que tiveram na Guerra do Paraguai chamados para a construção de fortalezas e para outras tarefas no front de batalha, tendo em vista que as condições físicas do território paraguaio dificultaram a ação da tradicional cavalaria gaúcha. (IZECKSOHN, 1992, p. 102).

Para ilustrar um pouco melhor o assunto abordado neste artigo – as manifestações de afirmação da mocidade militar –, analisaremos dois casos nos quais estavam envolvidos alunos da Escola Militar de Porto Alegre.

### O caso Joaquim Nabuco – uma vitória abolicionista

Em 1887, Joaquim Nabuco elegeu-se deputado pela Província de Pernambuco. Sua vitória emocionou os jovens militares da Escola Militar do RS, que rapidamente se mobilizaram e enviaram um telegrama de regozijo. O Ministro da Guerra Delfino Ribeiro da Luz exigiu a prisão preventiva dos alunos e a instalação de um conselho disciplinar. (CASTRO, 1995, p. 130).<sup>6</sup>

Em meados de setembro daquele ano, o jornal republicano *A Federação* divulgou o conteúdo do telegrama, capitalizando com a crítica ao governo constante no mesmo:

Vitória Abolicionista: Os dignos alunos da escola militar desta Província, tomando parte do regozijo que causou a notícia da eleição do Dr. Joaquim Nabuco, deputado pela Província de Pernambuco, dirigiram a este ilustre abolicionista, o seguinte telegrama hoje pela amanhã: “Saudamos vosso triunfo, deputado abolicionista, representais a altivez pernambucana, **apesar da pressão do governo**. Liberdade – Trabalho. Os Alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul.” (*A Federação*, 16/9/1887 – ALRS / grifos nossos).

O significado de oposição ao Ministério Saraiva, que essa eleição mostrou, pode ser explicado por ter Nabuco enfrentado nas urnas o deputado Manuel do Nascimento Portela Júnior, recém-empossado como Ministro do Império e, portanto, visto como representante do Gabinete conservador. A eleição foi dura com Nabuco tendo de usar de estratégias até aquela época não muito comuns aos candidatos, como o contato direto com os eleitores, indo de porta em porta e com isso tendo uma verdadeira *lição de coisas* e percebendo a *agonia da dignidade* daqueles que, carentes de tudo, insistiam em lhe prometer o voto mesmo a custo de seu próprio emprego.

(MORAES, 1924, p. 161). O Chefe de Polícia de Pernambuco chegou a proibir reuniões de mais de três pessoas nas ruas e praças do município, o que levou ao choque entre cavalaria e participantes de um *meeting* em Afogados, com uma morte. (NABUCO, 1928, p. 225). A vitória e o reconhecimento da derrota pelo governo imperial – dois fatos de grande repercussão – levaram ao crescimento do movimento abolicionista no País. (NABUCO, 1997, p. 1346).

Como militares os alunos não poderiam pronunciar-se politicamente, e sua punição deveria ser feita através de um Conselho Disciplinar, como já dissemos, formado por nove militares sob a presidência do Comandante da Escola. No processo de 1887, porém, como a denúncia do comportamento inconveniente dos alunos foi dada pelo próprio Comandante Coronel Catão Roxo, sua presença nessa investigação foi impossibilitada, sendo nomeado como presidente o Ten. Cel. João Luiz de Andrade Vasconcelos.

O processo do Conselho de Disciplina foi instaurado com a ligeireza solicitada pelo governo imperial, sendo os seus trabalhos iniciados em 23/9/1887 (sexta-feira) na sala dos Conselhos da Escola Militar.<sup>7</sup> Inicialmente o Conselho encontrou um grave entrave em suas investigações, causado pela recusa do encarregado da Estação Telegráfica – José Sebastião de Oliveira Horta –, em enviar o original do telegrama através do qual poderiam ser identificados os seus autores. Horta recusou-se a “satisfazer a requisição deste Conselho, feita em sua primeira sessão”, apresentando uma justificativa que foi anexada aos autos: “O artigo 2º da Convenção Internacional garante o segredo dos telegramas, e, o parágrafo 1º do artigo 69 do regulamento determina que, originais ou cópias dos telegramas só podem comunicar-se ou ao expedidor, ou ao destinatário provada a identidade da pessoa ou a procurador munido de poderes por um dos dois.”

Além de encarregado da Repartição Geral dos Telégrafos, Sebastião Horta era funcionário da Secretaria de Governo Provincial, tendo ingressado no serviço público por ofício do Presidente da Província de 3 de abril de 1876, trabalhando como Colaborador (entre 1876/80), Amanuense (1880/1885) e 2º Oficial (1885/1888). Horta talvez fosse simpatizante do Partido Liberal. Essa constatação pode ser sustentada por ter sido nomeado, em 1876, para o serviço público, data em que – de acordo com a *gangorra* movida pelo Imperador, os Liberais voltaram ao poder desbancando o Gabinete Conservador e pela atitude que tomou naquele mesmo ano, nas ruas de Porto Alegre, em defesa de um deputado liberal. Sebastião Horta foi um dos que perseguiram e prenderam o preto Joaquim Narciso, ex-praça de polícia, que agrediu a cacetadas e disparou um tiro contra o

deputado provincial do Partido Liberal Antero Ferreira d'Avila. Horta tinha então 19 anos, era solteiro, desta Província, alfabetizado (APERS – Cartório Júri, maço 50, processo 1.355).

Fizemos essa digressão para caracterizar Horta como liberal e justificar sua negativa em apoiar uma investigação que censurasse o pronunciamento político da mocidade militar. Cabe mencionar que esse funcionário do telégrafo não diz que não possuía o documento requisitado, mas que, apesar de tê-lo em seu poder, não poderia entregá-lo, afrontando diretamente as autoridades imperiais. Sebastião Horta não se incompatibilizou com o governo após a Proclamação da República e continuou a trabalhar no serviço público estadual, sendo diretor da Diretoria Central da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 1899.

O Conselho Disciplinar provocou intensa movimentação na Escola, sendo interrogados 56 alunos, o que correspondia a 30% do total de 188 estudantes matriculados naquele ano. Frente a frente com seus professores, os alunos, na sua maioria, defenderam-se dizendo que não concordavam com o teor do telegrama ou que, se possível, alterariam na mensagem a parte ofensiva ao governo, mas que desconheciam os promotores da idéia. Mesmo os que reprovaram abertamente o conteúdo do telegrama – como o maranhense Zacarias dos Reis –, não denunciaram os envolvidos dizendo que os seus nomes lhes “escapavam à memória”. Isso não nos surpreendeu, pois após examinarmos vários processos disciplinares envolvendo alunos da Escola Militar, chamou a atenção a ausência de delatores entre as testemunhas, o que indica um considerável senso de grupo, baseado na autoproteção e na responsabilidade coletiva. Nos depoimentos, os interrogados chamavam seus colegas de “companheiros de escola” ou “camaradas”. A forma como os alunos encontraram para mobilizar a Escola, no envio desse telegrama, foi de acordo com o costume da cultura estudantil do período. Existia o hábito de serem afixados anúncios, cartas e notícias em portas e paredes das peças da escola mais freqüentadas pelos estudantes – alojamentos e sala de banhos –, servindo para a troca de informações e socialização do grupo.

Os interrogados puderam basear sua defesa – já que o manuscrito do telegrama não foi entregue ao Conselho – dizendo que não haviam assinado o telegrama mas uma petição que havia permanecido presa na porta dos alojamentos por mais de um dia e que solicitava que os alunos interessados em contribuir com meios pecuniários, para o envio do telegrama, escrevessem ao final os seus nomes (ou abreviaturas). O pagamento seria cobrado quando do recebimento dos soldos. Rejeitando o teor do telegrama, mas assumindo

terem contribuído para a homenagem ao abolicionista Joaquim Nabuco, os estudantes escapavam da falta de terem, enquanto militares, se pronunciado politicamente e, ainda pior, contra o governo. O aluno Thomas Araújo reconheceu ter assinado a lista, mas advertiu que sua intenção foi “felicitar unicamente aquele ilustre cidadão pelo seu triunfo eleitoral, sem intenção de ofender ao governo”.

Muitos deles usaram o argumento de que, se possível, proporião mudanças para o telegrama, cortando a parte ofensiva ao Gabinete Conservador – “apesar da pressão do governo”. Outros, nas alterações propostas, acabaram apenas minimizando as críticas ao governo, sem contudo desprezar o caráter oposicionista da vitória de Nabuco e da derrota do Gabinete Conservador. O 2º Cadete Ribas declarou que substituiria *pressão* por *intervenção* do governo; o 1º Cadete Jaimes Costa assinou a lista, mas mudaria a redação do telegrama trocando a palavra *pressão* pela de *participação* do governo; o 2º Cadete Abrantes assumiu a responsabilidade pelo envio do telegrama, mas substituiria a palavra *pressão* por “apesar competir com ministro.”

Não sabemos se os alunos – talvez reunidos em outro local onde aguardavam a chamada – foram tomando cada vez mais coragem para os interrogatórios conversando entre si e com aqueles que saíam após darem o depoimento, ou se os oficiais, conhecendo os estudantes através do seu contato cotidiano na instituição, deixaram para o final aqueles que mereciam a desconfiança de serem os promotores da idéia, o certo é que a partir de Juvenal, que foi o 34º a ser chamado, os interrogados passaram a cada vez mais assumir não só o envio da mensagem mas o posicionamento político contra o governo. Também a partir daí alguns trechos mais contundentes da fala dos alunos são marcados com tinta azul, provavelmente pelos membros do Conselho Disciplinar. O aluno João de Carvalho, por exemplo, aceitaria o telegrama com a mudança da palavra “*pressão*” por “*participação*”; entretanto, “se não passasse a sua emenda, o aceitaria tal qual foi expedido porque assim feito era a afirmação de um fato e não de uma censura”; Henrique de Moura assinou apenas a lista, mas quanto ao telegrama “estava de acordo com o seu conteúdo”; João Macalão tomou conhecimento do telegrama pelo jornal republicano *A Federação* e ouviu algumas conversas, não viu lista alguma mas caso o convidassem “aceitaria a idéia”; Júlio Bacellar assinou a lista e leu a notícia na *Federação* e: “Declarou finalmente que está de acordo com o telegrama como foi passado, por que a primeira parte é a realização de seu pensamento e expressada no convite, e a última é a expressão da verdade tal qual tem ele conhecimento pela leitura dos jornais com relação a eleição desse candidato.”

O sentimento de pertencimento a um grupo particular de indivíduos fez com que muitos alunos, mesmo não reconhecendo a autoria do telegrama, assumissem com certo orgulho a obrigação que tinham como militares de responder pelos seus atos. Joaquim Cunha assinou a lista, não leu previamente o texto do telegrama, mas assumia a responsabilidade; João Nepomuceno da Costa subscreveu o pedido de verbas, “por isso, tendo contraído compromisso com a sua assinatura, aceitava o telegrama tal qual foi publicado, parecendo-lhe boa a sua redação”; Carlos Resin Neto firmou a lista e “tendo ele respondente assim feito, tomaria a responsabilidade do telegrama tal qual foi publicado”; Juvenal Müller – que depois na Corte continuou a sua militância republicana<sup>8</sup> –, apesar de não ter lido previamente a mensagem, tendo apenas assinado a lista (a qual já tinha um “crescido número de assinaturas”), esclareceu que “concordava com o telegrama tal qual foi publicado, por que com a sua assinatura ao convite assumia toda a responsabilidade”; Domingos Nascimento, assumindo uma postura corporativista de defesa da instituição na qual estudava, que até mesmo pode ter agradado os membros do Conselho Disciplinar, disse ter lido tudo pelos jornais, mas “embora notasse conter uma censura ao governo que ele, como militar, não podia fazer, todavia assumia a responsabilidade para não fazer um desmentido a Escola”.

O Furriel Trajano Cesar sintetizou um posicionamento apartidário ao confessar ter assinado a lista e discordar do telegrama, pois a idéia era “saudar ao Dr. Joaquim Nabuco como abolicionista e não como político”. Essa declaração parece estar de acordo com o pensar da época que tornava a abolição um fator de redenção nacional, acima dos partidos. A questão emancipadora surgiu como uma das primeiras disputas junto à opinião pública urbana nascente, a respeito da qual era necessário que os candidatos a cargos políticos se pronunciassem. O Conselho, depois dos interrogatórios, decidiu não inquirir mais testemunhas e, após algumas deliberações, confeccionou o seguinte Parecer:

Julga provado que, com limitadas exceções, aderiram eles a idéia de passarem um telegrama de felicitação ao Dr. Joaquim Nabuco pelo seu triunfo obtido na eleição que pleiteou ultimamente na província de Pernambuco, levados pelo regozijo da sua vitória, simplesmente porque o consideram o mais extremo adepto do abolicionismo. Que nesta manifestação só lhes inspirou esse sentimento, no propósito de o fazerem sem ofensas ou apreciações políticas, que não poderiam ter na qualidade de militares e, no geral praças de pret do Exército. [...]

Dos depoimentos não foi possível ao Conselho chegar ao conhecimento da autoria dos citados convites e nem do telegrama que foi expedido; porque, como era de prever, ainda quando externassem a sua reprovação por haver-se ultrapassado as suas intenções que não tinham o menor vislumbre de ofensa ou de desrespeito, não denunciavam aqueles que diretamente são responsáveis, sem dúvida por espírito de coleguismo.

Firma o Conselho esta opinião no fato da uniformidade de todos os depoimentos sobre o modo porque foram alcançadas as suas assinaturas: este modo é inteiramente inaceitável, parecendo ao Conselho que as listas para obtenção de assinaturas, correram de mão em mão e que depois tivessem tido qualquer reunião para determinar uma comissão a quem fosse incumbida a confecção do telegrama e a sua expedição: tanto mais julga ter sido essa a marcha que tiveram na ignorância (primal) de todos relativamente ao dia em que estiveram afixados os convites e aos nomes dos inferiores que estiveram de serviço aos seus alojamentos.

O Conselho julgou que poderia atingir ao fim de sua convocação, com muita probabilidade de seu êxito, pelo exame do autógrafo do telegrama que, sem dúvida, deveria ter autoria de alguma ou mais assinaturas; pois que lhe parece, não obstante não ser um telegrama individual e sim de uma coletividade, não poderia prescindir-se de firmas que por ele se responsabilizassem.[...]

Recusado como foi ao Conselho a requisição que fez desse autógrafo, pela resposta de ser vedado pelo Regulamento da Repartição no ofício anexo ao processo, falece ao Conselho esta prova. Do depoimento dos alunos, julgando-os no geral responsáveis pelo fato que sindicam – não pode deixar de ver com maior responsabilidade aqueles que depuseram já aceitando o telegrama como fora expedido em sua íntegra, já declarando que, se previamente o tivessem lido, o aceitariam com a modificação que mencionaram na substituição da palavra – pressão – por – participação.

Em conclusão, o Conselho não tendo provas que lhe autorizem a afirmar quais tivessem sido os autores do telegrama, e sobre os quais deveria ter o mais rigoroso procedimento, perante a realidade do fato e ponderando que sofrerá a disciplina e o crédito da Escola, se, da organização deste Conselho, não resultar uma punição pela deficiência de provas habilmente ocultadas, resolveu responsabilizar aqueles alunos que por seus depoimentos com mais ou menos acrimônia, afrontando com menoscabo a presença de seus juizes, revelaram-se menos receosos de qualquer conseqüência, já finalmente declarando aceitarem a responsabilidade do telegrama nos termos em que foi concebido, já disfarçando ou procurando arredar a sua coparticipação no modo porque o modificariam. E assim condena o Conselho a vinte dias de prisão que terão de cumprir fora do recinto desta escola, os alunos: Joaquim Marques



da Cunha, Júlio Arquimedes Bacelar, Lames Costa, Juvenal Octaviano Muller, Filipe Antônio Cardoso de Santa Cruz Primo, Henrique Correia Dias de Moura, Domingos Virgílio do Nascimento, João Nepomuceno da Costa, Carlos Resin Netto, Jovita Eloy, João Miguel Ribas, Francisco de Paula Soares Filho, Victor Obino, Antônio Rodrigues Portugal e João Simplício Alves de Carvalho. Sala das Sessões do Conselho de Disciplina, aos 29 de Setembro de 1887.<sup>9</sup>

Outros jornais de Porto Alegre – além de *A Federação* – publicaram notícias aplaudindo e compartilhando a homenagem a Nabuco: *A Reforma* (periódico do Partido Liberal), *O Mercantil* (propriedade do conservador Câncio Gomes) e o *Jornal do Comércio* (redigido pelos intelectuais Aquiles Porto Alegre e Aurélio Viríssimo de Bittencourt, adeptos do abolicionismo). Entretanto, enquanto os demais jornais deram publicidade do ocorrido no dia 17 de setembro, *A Federação* deu o “furo jornalístico” um dia antes, mostrando a proximidade que os alunos tinham com a redação republicana. De acordo com os depoimentos, fica evidente que o jornal *A Federação* era o mais lido entre os alunos da Escola Militar, em cujas páginas os alunos buscavam orientação político-partidária. Os redatores de *A Federação* estimulavam a proximidade com a  *mocidade militar*, às vezes permitindo que suas páginas fossem utilizadas para a discussão de assuntos internos da Escola.<sup>10</sup>

### O caso Apolinário – Palmatória, Correção e Hospício

Em 6/9/1888, nas vésperas da grande festa cívica da Independência, que naquele ano coincidiria com o retorno do Imperador de sua viagem à Europa para tratamento de sua débil saúde, pisando pela primeira vez o solo do Império, após a assinatura da Abolição, outra manifestação da mocidade militar mexeu com a pacata capital da Província. Naquele dia, alunos da Escola Militar em grande número levando na frente fantasiado o aluno Augusto da Silva Sá, foram à tipografia do *Jornal Mercantil* e depois à casa do redator do mesmo, João Câncio Gomes, “a fim de fazer-lhe um desacato pessoal” e não o encontrando “regressaram reunidos dando vivas”.<sup>11</sup>

Câncio Gomes, redator e proprietário do jornal *O Mercantil*, em 1888 com 52 anos de idade, era intimamente conhecido na capital da Província – onde nasceu – e um jornalista de veras experiente. Com 15 anos começou a trabalhar na imprensa local como tipógrafo em um jornal homônimo ao seu (de propriedade de Félix Xavier da Cunha), em 1861 era empregado na tipografia do periódico *A Ordem*, depois foi chefe da oficina do jornal *Rio-*

*Grandense*, em 1872 fundou o órgão literário *Álbum Semanal* e em 1873, seu próprio jornal, o segundo *O Mercantil*. Câncio Gomes não tinha ligação efetiva com nenhum dos partidos políticos existentes, mas seu posicionamento sempre oscilava a favor dos conservadores. Ele fez parte da Comissão Conservadora para a libertação imediata de escravos e dos indivíduos contratados do 3º distrito da Capital, conforme deliberado no *meeting* abolicionista de 8/12/1887 (MCSHC – *O Mercantil*, 9/12/87)

A manifestação atravessou o centro da cidade por meio da Rua da Praia, dirigindo-se primeiro à Praça da Alfândega e depois – provavelmente subindo o Beco do Fanha –, rumando para a Rua do Riachuelo parando à frente do número 88, residência do redator do *Mercantil*. No dia seguinte ao 7 de Setembro, foi organizado um conselho disciplinar, sendo interrogados treze alunos:

- *Alfredo Oscar Fleury de Barros*: 21 anos, aluno, soldado;
- *Alfredo Teixeira Severo*: 20 anos, solteiro, aluno, soldado;
- *Augusto da Silva Sá*: 22 anos, solteiro, aluno, soldado;
- *Edmundo Júlio da Fontoura Duclós*: soldado aluno, 22 anos, solteiro;
- *Hildebrando Pinto Queiróz*: 2º cadete, aluno, solteiro, 21 anos;
- *Isidoro Dias Lopes*: 23 anos, solteiro, aluno, soldado;
- *João Batista de Oliveira Brandão Júnior*: 2º cadete, aluno, solteiro, 20 anos;
- *João Carlos Pereira de Mello*: 19 anos, solteiro, aluno, 2º cadete;
- *João Maria Macalão*: 22 anos, alferes aluno do Exército e aluno desta escola;
- *José Silveira Villalobos Júnior* : 22 anos, solteiro, aluno, soldado;
- *Juvenal Otaviano Müller*: 2º cadete, aluno, solteiro, 21 anos;
- *Luiz Daniel Guimarães Lobo*: 2º cadete, aluno, 22 anos, solteiro;
- *Ovidio Abrantes*: 2º cadete, aluno, solteiro, 25 anos.

Como era praxe nesses conselhos, nenhum dos interrogados aceitou apontar os promotores da idéia da passeata, indicando os editais afixados nas paredes da sala de banhos da Escola – sem assinaturas – como formas de divulgação do ocorrido. O aluno Isidoro informou que a manifestação tinha por fim “levar àquele redator como presente uns tinteirinhos em forma de cubo, e um par de ferraduras, objetos estes que viu expostos na Livraria Americana”. Os objetos possuem uma significação evidente: o formato dos *tinteirinhos* relacionava à tinta, com que eram escritas as colunas do jornal, com o excremento depositado nos cubos – recipiente onde as matérias fecais eram reunidas nas residências e que depois eram esvaziados nos cursos d’água ou em algum terreno baldio – e as ferraduras associavam o jornalista

a um ser irracional. Podemos perceber que os alunos premeditaram que essa manifestação fosse o mais concorrida possível, já que a sua divulgação – entre outras formas – foi buscada com a exposição dos objetos na Livraria Americana, que localizava-se no centro de Porto Alegre – na rua da Praia, esquina com a da Ladeira – foco central das atividades comerciais da cidade.

Outro elemento carregado de significado foi a *fantasia* que vestia o aluno Augusto, provável encarregado de entregar os presentes. Augusto estava vestido com calça branca, sobrecasaca velha comprida e cartola amarrada, numa alegoria que contrastava os paisanos e a mocidade militar. A roupa velha e puída e a cartola amarrada demonstravam a diferença imaginária entre um paisano displicente – membro de um mundo a ser reformado –, com o asseio dos jovens militares, elementos que se propunham como propulsores das transformações necessárias. Segundo o cadete Vilalobos Júnior, a forma como estava vestido Augusto não lhe parecia “todo de fantasia nem tão pouco ridículo, mas simplesmente modesto”.

Os alunos interrogados atribuíam a manifestação ao “modo inconveniente” pelo qual era redigido o jornal *O Mercantil* e pelas “constantes alusões feitas pelo indivíduo (Câncio Gomes) em seu jornal aos alunos”. O 2º Cadete Müller acreditava que toda a escola havia tomado parte da passeata – lembremos que haviam 131 matriculados naquele ano –, mas afirmou com igual dose de firmeza e ironia que ela não tinha sido acintosa, mas motivada por um artigo que ele crê laudatório “visto como ele motivou uma manifestação de apreço”.

Assim como nos outros conselhos disciplinares, os professores que julgaram os “baderneiros” parecem em parte compactuar com os seus posicionamentos. Nesse caso de 1888, a agressiva ironia presente nos tinteiros em forma de cubo, nas ferraduras e na vestimenta do aluno Augusto (uma espécie de porta-estandarte do protesto) foi relativamente bem recebida pelos julgadores. O Conselho julgou que a manifestação foi feita sem excessos ou perturbação da ordem pública e “não constitui crime nem mesmo delito militar previsto na respectiva legislação. Julga, porém, provado que o aluno Augusto da Silva e Sá acompanhou a citada manifestação ridicularmente vestido, tornando-se assim merecedor de severa punição”.<sup>12</sup>

A leitura do periódico dos dias anteriores ao ocorrido leva-nos à constatação de que o principal motivo de rancor dos estudantes foi um artigo publicado no dia 4 de setembro. O título *Palmatória, Correção e Hospício* e o teor do escrito deixam claro que a passeata dos jovens militares foi uma tentativa de resposta ao tom satírico da publicação dirigida ao “republicanismo” dos jovens militares:

Não há povo que não goste de uma novidade, máxime a molecagem, por causa da flecha, dos foguetes, e os gatunos por causa do ensejo.

Hoje em dia, não há cabeça desmiolada que não pense na liberdade, na fraternidade e na igualdade; não há estudante, embora de português, que não seja republicano; entram para uma academia certos moços e em vez de pensarem em seus estudos procuram logo seguir a idéia de progresso, como se a idéia Republicana fosse alguma novidade ou invenção do século das luzes.

Em geral os moços que se dizem Republicanos tem consigo uma teoria, aliás espirituosa; ela consiste no seguinte – todo republicano é inteligente, assim como todo monarquista é burro – (salve a delicadeza da palavra). É uma teoria para qual não há lógica de ferro que sirva. Vai-se a uma conferência republicana e nota-se logo que um terço pode ser de republicanos, outro terço é de Republicanos de rótulo e o resto é composto de curiosos, não falando na molecagem e nos gatunos. Em geral no Brasil o partido Republicano pode ser dividido do seguinte modo: – meninos e bilontras – salvo um ou outro que é verdadeiro padadino. Se no meio do partido vemos homens de certo quê, podemos afiançar que é um vaidoso ou pretensioso, isto sem medo de errar.

Quanto ao militar, só temos a dizer que um homem que um dia prestou um juramento sobre os Santos Evangelhos, de derramar todo o seu sangue em defesa da pátria e da pessoa do monarca, e mais tarde quebra esse juramento, de duas uma: ou é um doido ou é perjuro, e, em doido ou perjuro ninguém deve se fiar. Agora pergunto eu. Com que espada vai o militar Republicano ferir a monarquia? Com a espada que traz o cunho das armas Imperiais e o nome do Imperador? Ah! é verdade que eu não me lembrava que os Republicanos em geral combatem com diversas armas, até com os dentes a moda chien.

Se eu fosse monarca havia de ficar bem descansado com os inimigos que se pode matar com bola. Quando eu falo em inimigos da monarquia, só me refiro aos homens de certo quê; para os meninos sem juízo a disciplina doméstica manda dar bolos, para os bilontras manda a justiça repousar na correção e para os doidos manda a caridade descansar no asilo dos pobres de espírito. Porto Alegre, 3 de setembro de 1888. (BOCCACIO).<sup>13</sup>

Ao lermos o artigo acima podemos imaginar o ódio que a sua leitura deve ter suscitado entre os estudantes. Afinal, concebendo-se como reformadora social, a mocidade militar não poderia aceitar as críticas do jornalista que os difamava com o qualificativo de *moleques* atraídos pelas *novidades* das noções de *progresso*. Catequizados por professores positivistas e pela leitura do jornal *A Federação*, os alunos da Escola Militar não poderiam

suportar o ataque aos seus ideais republicanos e rapidamente mobilizaram-se para desacatar o redator e proprietário do jornal *O Mercantil*.

A inimizade entre Cândio Gomes e os estudantes, entretanto, não tinha uma história longa. Em 15 de maio daquele ano de 1888, ele foi convidado pelos alunos Clodovaldo da Fonseca e Juvenal Otaviano Müller (presente na passeata de setembro) para um *passeio cívico* que seria liderado pelos alunos da Escola Militar. Clodovaldo e Otaviano assinaram esse convite, respectivamente, como 1º e 2º Secretários, cargos que acreditamos ainda faziam parte da Sociedade Emancipadora Rio Branco. (MCSHC – *Mercantil*, 15/5/88, terça, ano XV, n. 107).

Durante a campanha abolicionista – principalmente nos últimos anos –, a união dos grupos que lutavam contra a escravidão criou a falsa imagem de homogeneidade entre grupos bastante heterogêneos. Como disseram os alunos interrogados quando do envio do telegrama a Joaquim Nabuco, o abolicionismo não era monopólio de um partido, mas uma idéia que *pairava* sobre todos. A frase de encerramento do convite de maio – *Ordem e Progresso* – já deixa bem clara a filiação política dos organizadores; mas, como a idéia era homenagear o 13 de Maio, não houve qualquer reação adversa do redator, que, ao publicá-lo, destacou que a redação sentia-se “honrada”, e que o programa dos alunos associava-se ao “regozijo público” pela abolição. Foram nos dias e meses posteriores ao 13 de Maio que os debates foram retomados, e a idéia de mudança do sistema político emergiu com força, obrigando os indivíduos a assumirem posições que esfacelaram a débil unidade mantida até aquele momento.

Infelizmente para os alunos, a afronta parece ter sido dirigida ao alvo errado. Cândio Gomes foi co-responsável pelo artigo ao permitir sua publicação, mas não foi seu autor. A apresentação do texto publicado evidencia tratar-se de um escrito produzido por alguém de fora da redação – “Pedem-nos a publicação do seguinte escrito[...]”. A assinatura ao final, com o pseudônimo “Bocaccio” aumenta as dúvidas. Parece-nos pouco provável que Cândio Gomes, utilizando um nome falso, tentasse manter oculta sua autoria do referido artigo, que tanto ofendeu a mocidade militar. Como Editor de *O Mercantil*, ele automaticamente assumia a responsabilidade – inclusive penal – sobre o que era publicado, tornando o gesto de assinar com um apelido simplesmente inútil, no que se refere a evitar manifestações hostis. O uso de pseudônimos não era raro na cena literária e jornalística de então; entretanto, apenas um escritor aparece utilizando o codinome “Bocaccio” – Apolinário Porto Alegre. Guilhermino Cesar em obra, na qual reserva um capítulo inteiro para Apolinário, informa

que ele foi fundador e colaborador assíduo da Revista da Sociedade Partenon Literário, “quase sempre sob o pseudônimo de Iriêma e Bocaccio”. (CESAR, 1956, p. 201). Imputar a autoria desse artigo irônico, dirigido ao republicanismo presente na Escola Militar a Apolinário, necessita de maiores explicações sobre a sua notável figura, já que ele foi um dos precursores da propaganda republicana em nossa Província.

Apolinário Porto Alegre nasceu em Rio Grande, em 1844, e faleceu em Porto Alegre em 23/3/1904. Era o filho primogênito de Antônio José Gomes Porto Alegre e D. Joaquina Delfina da Costa Campelo. Foram seus irmãos os conhecidos escritores Apeles e Aquiles Porto Alegre. Em 1859, transferiu-se com a família para Porto Alegre e ali fez os estudos secundários no colégio do seu parente, Frederico Ferreira Gomes. Como literato, Apolinário destacam-se em diversos gêneros, como poesias, dramas, comédias, romances. Sua curiosidade intelectual levou-o a interessar-se pela contribuição de indígenas, negros e outras etnias, dedicando-se à pesquisa lingüística e folclórica, como um “autodidata extraviado nestes confins meridionais do Brasil”. (ROSA, 1944, p. 86).

Entre 1859 e 1861, Apolinário esteve na Faculdade de Direito de São Paulo sem completar o curso em decorrência do falecimento de seu pai, retornando a Porto Alegre e assumindo o sustento de sua família. Empregou-se como professor particular, foi redator dos jornais *A Reforma*, *Gazeta de Porto Alegre* e *A Imprensa* e fundador da Sociedade Partenon Literário. Dedicando-se ao magistério, fundou com Hilário Ribeiro o Instituto Brasileiro com regime de internato para meninos, estabelecido no Caminho do Meio. A partir de 1878, Apolinário permaneceu sozinho na direção dessa instituição, que, durante os dezesseis anos de existência, granjeou renome no ensino secundário do país e tornou-se um ativo centro de propaganda abolicionista e republicana, onde a mocidade provincial começou a ser *republicanizada* através de suas aulas e das manifestações que eram organizadas:

[...] com passeatas cívicas comemorativas de vitórias das armas farroupilhas e de passagens da Revolução Francesa, à luz de fogos de bengala, pelas ruas da cidade atônita, tendo a frente a banda de música do colégio, retumbando pelos ares o Hino Rio-Grandense Farroupilha, e pela primeira vez, neste torrão abençoado, foi ouvida em público a Marselhesa! (PORTO ALEGRE, 1954, p. 12).

Naquelas *passeatas cívicas*, Apolinário reelaborava o calendário comemorativo do município, destacando as datas associadas ao republicanismo farroupilha. Tratava-se da invenção de uma memória republicana provincial que servisse de guia para as ações e sedimentasse

solidariedade entre seus simpatizantes. Invenção no sentido não de *criação a partir do nada*, mas de seleção de acontecimentos muitas vezes aleatórios, buscando gerar uma tradição da qual Apolinário, os companheiros com os quais se identificava e seus alunos seriam herdeiros diretos. (HOBSBAWN, 1984).

Olhando superficialmente a briga entre esses personagens – Apolinário e os estudantes –, causa estranheza, afinal ambos defendiam a República. Se os jovens militares estavam sendo doutrinados pelas idéias republicanas, Apolinário inegavelmente foi um dos primeiros propagandistas provinciais desses novos princípios. Ele foi redator, junto com seu irmão Apeles, de um dos primeiros diários republicanos do Rio Grande do Sul – *A Imprensa* – em 1880 e, bem antes disso, membro do Clube Republicano “20 de Setembro”, em 1868. Defendiam a República ambos os grupos – tanto o que escreveu o artigo menosprezando os estudantes, como os próprios manifestantes –, mas não a *mesma República*.

Nas entrelinhas, podemos perceber que o escrito publicado em *O Mercantil* por Bocaccio deixa entrever uma divergência doutrinária e possuía outro alvo que não os freqüentadores da Escola Militar. Apolinário, ao atacá-los, visava Júlio de Castilhos. O atrito entre Apolinário e o republicano contista Júlio de Castilhos aflorou no primeiro congresso do Partido Republicano Riograndense, em 23/2/1882. Essa reunião política foi uma iniciativa do Clube Republicano de Porto Alegre, e contou com 50 participantes. Foi eleita uma comissão executiva provisória, composta pelo relojoeiro Luiz Lesseigneur, José Pedro Alves e Apolinário Porto Alegre. Já nesse primeiro momento, as rivalidades fizeram com que Porto Alegre renunciasse, constando no manifesto da Convenção Republicana: “Deixa de assinar o sr. Apolinário José Gomes Porto Alegre, por se ter esse cidadão exonerado da Comissão Provisória.” (ROSA, 1944, p. 89).

Um dos primeiros propagandistas da República, Porto Alegre talvez tenha sentido a forte concorrência do vigoroso Júlio de Castilhos, que, recém-chegado de São Paulo onde formou-se em Direito, gradualmente assumia a liderança local do movimento. Em 1882, quando começaram as discussões sobre o assunto mais melindroso daquela reunião – a questão servil –, Castilhos disposto a abdicar das idéias radicais, a fim de garantir o crescimento do partido, opôs-se à idéia de Porto Alegre que defendia uma abolição imediata e sem indenização e conseguiu a aprovação da defesa de uma emancipação gradual e com o pagamento de ressarcimento aos proprietários. Apolinário então iniciou uma dissidência sem, no entanto, abandonar o PRR, fundando em 22 de novembro de 1885 o Clube Bento Gonçalves.<sup>14</sup>

Além da militância antiescravista de Apolinário, desempenhada pelo menos desde 1868, que contrastaria com a relutância de Júlio de Castilhos e outros republicanos locais, de assumirem a proposta abolicionista (isso já na década de 1880), ele não poderia, segundo Othelo Rosa, integrar-se com os positivistas devido à sua filiação à escola de Rousseau e à conseqüente defesa da liberdade individual. Assim, explica-se seu crescente afastamento do Partido Republicano Riograndense. A participação firme de Júlio de Castilhos na Questão Militar, ao lado de Sena Madureira, para o qual abriu as colunas do jornal *A Federação* para suas polêmicas, aumentou-lhe ainda mais a sua base de apoio no interior do Exército. Para Apolinário, atacar a mocidade militar era enfrentar Júlio de Castilhos e os defensores da ditadura positivista, desacreditando a linha de frente do ataque à monarquia. O uso do pseudônimo “Boccacio” certamente não impediu que os intelectuais locais soubessem quem estava por trás do ataque, ficando apenas incógnito aos olhares dos estudantes.<sup>15</sup>

No dia da passeata dos estudantes da Escola Militar – 6 de setembro –, um pequeno artigo foi publicado em *O Mercantil*, na seção “De tudo um pouco”, criticando o pouco caso do Rio Grande do Sul com a volta dos soberanos ao Brasil, em comparação com a recepção verificada em território fluminense.<sup>16</sup> Isso contrastava com a situação de 3 anos antes, quando em janeiro de 1885, por duas vezes, os *Sereníssimos Príncipes S. A. Imperial D. Isabel e seu consorte S. A. Real Conde d’Eu* estiveram no Paço Municipal de Porto Alegre, quando foram recebidos festiva e patrioticamente pelos senhores vereadores.<sup>17</sup>

Observando os acontecimentos de 6/9/1888, percebemos que o fato de a passeata ter ocorrido nas vésperas da comemoração cívica da Independência – data importante nas representações de coesão nacional da época – mostra como o significado consensual daquela data estava abalado, deixando evidentes mais as cisões do que a unidade existente no corpo social.

Como já tivemos ocasião de dizer, em um mundo ainda essencialmente rural como o da província sulina, onde os meios urbanos recém surgiam e não existiam academias de qualquer tipo, a Escola Militar surgiu como um espaço de socialização e transmissão (discussão) de idéias e de posicionamentos com relação à nação que se pretendia construir. Concordamos com o antropólogo Celso Castro quando critica a postura que estuda os militares através unicamente de sua origem social, vendo-os apenas como representantes da classe social a qual pertenciam.



Outra visão privilegia o peso da socialização profissional a que são submetidos os militares e a rede de interações sociais em que vivem. Compartilho desta segunda perspectiva teórica, e creio que a pergunta mais importante a respeito da origem social é como ela é percebida e representada pelos indivíduos, e de que modo isso afeta suas ações. O assunto fica, portanto, imerso no campo da cultura. (CASTRO, 1995, p. 25).

Percebemos entre esses estudantes de diferentes regiões, classes, etc. o estabelecimento de um pensamento que não era completamente homogêneo, mas que trazia indicações de características comuns: papel de reformadores dado aos militares (principalmente dos jovens oficiais formados nos cursos superiores), descomprometimento com a causa monárquica (em muitos casos com ostensivo republicanismo) e defesa de um projeto reformista autoritário de alteração do organismo social (daí a ausência dos principais interessados na abolição, os escravos).

#### **Abreviaturas**

AHEx/ RJ: Arquivo Histórico do Exército/ Rio de Janeiro

AM/EM: Fundo Autoridades Militares/ Escola Militar

APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHRS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ALRS/ SC: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/  
Solar dos Câmara

CL: Códice de Legislação

CP: Códice da Polícia

MCSHC: Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa

SCMPA – ENF: Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/  
Enfermaria

#### **Lista dos Estudantes da Escola Militar interrogados pelo Conselho Disciplinar em 1887**

1. *Adolfo Luís*: 26, de Alagoas, solteiro, 2º. Cadete e aluno;
2. *Alberto Alves Branco*: 20, solteiro, aluno;
3. *Alcebiades da Costa Rubim*: 23, solteiro, aluno, 2º. Cadete;
4. *Alfredo Oscar Fleury de Barros*: 21, Rio de Janeiro, solteiro, soldado e aluno;
5. *Alfredo Rodrigues Pinto*: 21, desta Província, solteiro, soldado e aluno;
6. *Alfredo Vidal*: 19, solteiro, aluno, soldado;
7. *Alípio Geminiano Rocha*: 25, solteiro, aluno, 2º. Cadete;
8. *Antônio Afonso de Carvalho*: 24, Alagoas, solteiro, 1º. Cadete e aluno;

9. *Antônio Fernandes Barbosa*: 40 anos, desta Província, casado, Capitão e aluno, Alferes;

10. *Antônio Pereira Prestes*: 21, desta Província, solteiro, soldado e aluno;

11. *Antônio Pimentel*: 20, desta Província, solteiro, soldado e aluno;

12. *Antônio Rodrigues de Oliveira Júnior*: 23, solteiro, aluno, 2º. Cadete;

13. *Antônio Rodrigues Portugal*: 22, solteiro, aluno, 1º. Cadete;

14. *Aristides de Oliveira Goulart*: 28, do Rio de Janeiro, Alferes e aluno;

15. *Augusto da Silva e Sá*: 21, Rio de Janeiro, solteiro, soldado e aluno;

16. *Bernardino Antônio do Amaral*: 19, solteiro, aluno, soldado;

17. *Carlos Pekolt (ou Piekolt)*: 23, desta Província, solteiro, soldado, aluno;

18. *Carlos Resin Neto*: 22, solteiro, aluno, 1º. Cadete;

19. *Clodoaldo da Fonseca*: 27, solteiro, do Rio de Janeiro, 2º. Tenente e aluno;

20. *Domingos Virgílio do Nascimento*: 25, solteiro, aluno, soldado;

21. *Felipe Antônio Cardoso de Santa Cruz Primo*: 25, solteiro, aluno, 2º. Cadete, 1º. Sargento;

22. *Francisco de Paula Soares Filho*: 21, solteiro, aluno, 2º. Cadete;

23. *Francisco Raul de Estillac Leal*: 21, solteiro, aluno, 1º. Cadete;

24. *Henrique Correia Dias de Moura*: 21, solteiro, aluno, soldado;

25. *Hildebrando Pinto Queiroz*: 20, do Maranhão, solteiro, 2º. Cadete e aluno;

26. *Inácio Joaquim de Camargo*: 21, solteiro, aluno, 2º. Cadete;

27. *Jaime (James) Costa*: 22, solteiro, aluno, 1º. Cadete;

28. *João Carlos Formel*: 29, desta Província, casado, soldado, aluno;

29. *João Correia de Oliveira*: 17, desta Província, solteiro, soldado e aluno;

30. *João Maria Macalão*: 21, solteiro, aluno, soldado;

31. *João Miguel Ribas*: 23, solteiro, aluno, 2º. Cadete;

32. *João Nepomuceno da Costa*: 17, solteiro, aluno, soldado;

33. *João Simplicio Alves de Carvalho*: 18, solteiro, aluno, soldado;

34. *João Vespúcio de Abreu e Silva*: 18, solteiro, aluno;

35. *Joaquim Dutra da Fonseca*: 23, desta Província, solteiro, Alferes-Aluno e aluno;

36. *Joaquim Galvão Soveral*: 19, solteiro, aluno, soldado;

37. *Joaquim Marques da Cunha*: 21, solteiro, aluno;

38. *Jorge França Wiedmann*: 16, desta Província, solteiro, soldado e aluno;

39. *José Fernandes Leite de Castro*: 16, solteiro, aluno, soldado;

40. *Jovita Eloy*: 18, solteiro, aluno, 2º. Cadete;

41. *Júlio Arquimedes Bacellar*: 29, solteiro, aluno, soldado;

42. *Júlio Fernandes dos Santos Pereira*: 24, desta Província, casado, Alferes e aluno;

43. *Juvenal Otaviano Müller*: 21, solteiro, aluno, 2º. Cadete;
44. *Miguel da Cunha Martins*: 21, aluno, solteiro, 2º. Cadete;
45. *Olivério Vieira de Souza Júnior*: 22, solteiro, aluno, soldado;
46. *Ovidio Abrantes*: 24, solteiro, aluno, 2º. Cadete, 2º. Sargento;
47. *Pedro Maria Trompowsky (Faulois)* – 19, solteiro, aluno, 2º. Cadete;
48. *Raimundo Artur de Vasconcelos*: 21, solteiro, aluno, 2º. Cadete;
49. *Raimundo Pinto Seidl*: 18, do Pará, solteiro, soldado particular e aluno;
50. *Rufino Evangelista da Silva*: 25, solteiro, do Piauí, Alferes e aluno;
51. *Thomas de Aquino Carlos de Araújo*: 21, aluno, solteiro, Cadete;
52. *Trajano César*: 25, solteiro, aluno, Furriel;
53. *Victor Eduardo Roszany*: 27, solteiro, aluno, 2º. Sargento;
54. *Victor Obino*: 19, solteiro, aluno, soldado;
55. *Vital da Silva Cardoso*: 17, solteiro, aluno, soldado;
56. *Zacarias dos Reis Cabral da Ferve (?)*: 23, do MA, solteiro, 2º. Cadete e aluno.

## Notas

---

<sup>1</sup> MCSHC – Jornal Mercantil, 21/10/1880, 4/3, 11/4 e 18/4/1881. O nome da sociedade era uma homenagem ao Visconde do Rio Branco, líder do gabinete nomeado em 7/3/1871. Foi durante sua gestão que o governo aprovou a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. (CARVALHO, 1945, p. 23).

<sup>2</sup> Processos e Inquéritos de Disciplina (1884/1898. I.34.11) e Relatórios da Escola Militar de Porto Alegre (1882, 1885/1889. I-34-10). Pesquisamos também as Fés-de-Ofício, verdadeiros currículos que atestam a experiência militar desses indivíduos desde o alistamento até a baixa. Esses documentos trazem informações familiares e alguns detalhes da formação extracurricular dos militares como o que consta do registro do Coronel Francisco de Paula e Alencastro, que assentou praça em 1868 e foi quase imediatamente adido ao Exército em Operações no Paraguai, e que foi admoestado várias vezes por pequenas indisciplinas, sendo uma delas dormir com uma meretriz nas dependências da enfermaria militar. Fés-de-Ofício do Coronel Francisco de Paula Alencastro, III-22-86, AHEx. Sobre a “fabricação do outro, ver: HARTOG, 1999.

<sup>3</sup> Existem pistas de que os estudantes da Escola Militar manifestavam sua oposição com outros setores profissionais paisanos; em 1866, estudantes e caixeiros brigaram em Porto Alegre durante a procissão da Irmandade do Rosário, depois de dias de desafios para que fossem resolver suas diferenças na Várzea (briga coletiva) ou na Praça do Mercado (entre os principais indivíduos em conflito). APERS, maço 133, Processo 3.568. Na noite 12 de outubro de 1882, em pleno centro de Porto Alegre (Rua dos Andradas com o Beco do

Fanha), cadetes enfrentaram marítimos e caixeiros. APERS, maço 55, Processo 1.464.

<sup>4</sup> Em 1880, policiais e soldados brigaram em uma festividade na praça Dom Pedro II, tudo começando com propostas imorais dos militares a um “*menino*” da polícia, ao qual um soldado disse: “que ele [...] era muito criança e que fosse com ele passar a noite, que lhe daria cinco mil réis”. APERS – Sumário Júri, maço 54, Processo 1.430.

<sup>5</sup> AHRS – DP, maço 10. Em 10/7/1878, alguns indivíduos foram agredidos por um caixeiro desempregado de 18 anos chamado Pedro Firmiano da Silva, que se achava “vestido em roupas militares sem ser militar”. APERS – Cartório Júri, Processo 1.358, maço 51.

<sup>6</sup> Celso Castro diz que o telegrama tinha 42 assinaturas, sem apontar a fonte usada.

<sup>7</sup> Além do presidente – seguindo o determinado pelo artigo 168 do respectivo regulamento da Escola –, o Conselho foi formado pelos seguintes oficiais: o Secretário da Escola, o Major Joaquim Sabino Pires Salgado, o Ajudante da Escola, o Capitão José Cristino Pinheiro Bittencourt, os Comandantes das Companhias dos alunos, da 1ª Capitão Francisco Maria Pinheiro Bittencourt, e da 2ª o Capitão Belo Augusto Brandão, dois instrutores, o Capitão Instrutor da 2ª. classe Edmundo Moniz Brandão e o Major Instrutor de 1ª. Classe João Vicente Leite de Castro, e dois professores: o Capitão Júlio da Silva Júnior e o Capitão Alcibiades Martinho Rangel. AHEx/RJ – EM/PID – 1884/1898.

<sup>8</sup> Sob a direção de Otaviano era publicado, por elementos da Escola Militar de Porto Alegre, um jornal republicano e abolicionista – “de combate e propaganda” – chamado *A Denúncia*. Essa publicação, apesar de

proibida, “jamais deixou de aparecer, misteriosamente, sobre a mesa de todos os lentes, de todos os chefes de repartições públicas e no próprio Palácio do Presidente da Província”. (SPALDING, 1967, p. 150).

<sup>9</sup> Juvenal Müller foi desligado da Escola em 15.10.1887, mas em março do ano seguinte já voltava aos estudos.

<sup>10</sup> No ano de 1884, o aluno do 2º ano do curso superior, Cassiano Pacheco de Assis (2º cadete, desta Província, solteiro, 22 anos) publicou um artigo na Seção Livre de *A Federação* intitulado “Escola Militar”, onde censurava o comportamento da comissão examinadora da 1ª cadeira do 2º ano.

<sup>11</sup> AHEX – EM/PID – 1884/1898. O prédio de *O Mercantil* localizava-se na Praça da Alfândega, entre a rua da Praia e Sete de Setembro, dando os fundos para a atual Caldas Júnior (ex-Beco do Fanha), ficando ao lado do Jornal do Comércio, de Antônio Cândido da Silva Job & Cia.

<sup>12</sup> Em 1888 Augusto estava servindo como soldado do 1º regimento de Artilharia a Cavalos em São Gabriel e solicitou baixa por motivos de saúde (“hipertrofia do fígado”); no ano seguinte conseguiu dar baixa (Portaria de 17/4/1889 – Ordem do Dia 2256 de 30/4/1889) / AHRS – Requerimentos, maço 263.

<sup>13</sup> MCSHC – *Mercantil*, 3/9.1888.

<sup>14</sup> A diretoria deste clube era composta pelo próprio Apolinário (Presidente), tendo como secretários Antão Gonçalves de Faria e Jaime de André Faceiro e tesoureiro Gaspar Guimarães (Porto Alegre, 1954, p. 30). No mesmo ano, Apolinário fundou a União

Republicana, também sob sua presidência, que congregava republicanos dissidentes.

<sup>15</sup> Proclamada a República em 15.11.1889, sua situação tornou-se mais perigosa à medida que crescia o poder de Júlio de Castilhos: “Proclamada a República, opôs-se à política de Júlio de Castilhos, aliando-se a Silveira Martins no combate ao castilhismo. Refugiou-se em Santa Catarina e depois em Montevidéu, durante a revolução federalista de 1893”. (CESAR, 1956, p. 201). Em 1891, desgostoso com a morte da esposa e de uma filha querida, resolve fechar o Instituto Brasileiro e passa a residir na Casa Branca (no morro Santana em Porto Alegre), onde amontoa os livros de sua predileção e se consagra ao trabalho literário e jornalístico. Apolinário foi internado na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre em 4/3/1904 e após 19 dias de tratamentos médicos, com 59 anos de idade, faleceu na segunda-feira dia 23, acometido de “tubérculos pulmonares”, tendo sua morte ocorrido “cinco minutos antes da meia-noite”. SCMPA – ENF 10 (1902-1904) e Livro de Óbitos n. 23 (1904/1906).

<sup>16</sup> MCSHC – *Jornal Mercantil*, 6/9/1888.

<sup>17</sup> No dia 3, a visita foi registrada no Livro de Ouro da Câmara Municipal e, no dia 12, uma sessão extraordinária foi realizada, sendo doado um retrato do Visconde de Pelotas pelo Diretor da Escola Militar Coronel Simeão de Oliveira. Retratos dos Sereníssimos Príncipes foram colocados ao lado da efígie do Imperador, na sala de honra do Paço Municipal, e a rua da Varzinha passou a denominar-se Dona Isabel. AHMPOA – Livro de Assuntos Diversos n. 11.

## Referências

---

- AITA, Carmen; ARAÚJO, Vladimir; AXL, Günter (Orgs.). *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias – 1821-1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- BURKE, Peter. *O renascimento italiano*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956.
- FERREIRA, Athos. *Palco, Salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1956.
- GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand Brasil, 1991.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- HOBSBAWN, Eric. J. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1983. T. II, v. 5.
- IZECKSOHN, Vítor. *O cerne da discórdia*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/ IEL, 1978.
- MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista – 1879-1888*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Nacional, 1928.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- PICCOLO, Helga (Org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.
- PORTO ALEGRE, Álvaro. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: Thurmman, 1954.
- ROSA, Otelio. Centenário de Apolinário Porto Alegre. *Revista do IHGRS*, III trimestre, 1944, Porto Alegre, 1944: 86.
- SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969. v.1.
- SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, s/d.